

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.212 - GO  
(2019/0190635-1)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : GILSON VIEIRA DE SOUSA**  
**AGRAVANTE : JOAO BATISTA DE LIMA**  
**AGRAVANTE : SANTINONE CARLOS DE MORAES**  
**AGRAVANTE : WAGUINER VIEIRA MOTA**  
**ADVOGADOS : NATHAN PORTO LIMA - GO039524**  
**DANIELLA LEÃO PIMENTA - DF049927**  
**AGRAVADO : ESTADO DE GOIÁS**  
**PROCURADOR : GESSICA CRUVINEL PEREIRA PEIXOTO E OUTRO(S) -**  
**GO047061**

## **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3 DO STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI INTERPRETADO DE MODO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRADO INTERNO CONHECIDO PARA, EM JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO, CONHECER DO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno do GILSON VIEIRA DE SOUSA e OUTROS em face de decisão da Presidência do STJ que não conheceu do agravo em recurso especial.

No caso dos autos, o recorrente interpôs recurso especial em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fl. 567-568 e-STJ):

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E DUPLA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA. CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ÔNUS PARA O ÓRGÃO CEDENTE. RESPONSABILIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONFIGURAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Conforme precedentes do STJ e da jurisprudência pátria, sobrelevando-se que ficou configurado que a cessão dos servidores públicos para exercício de funções em outro órgão da administração pública se deu com ônus para o órgão cedente (Município de Rio Verde), e restando mantido o vínculo originalmente formado com o ente municipal, impõe-se a conclusão de que é este, portanto, o responsável pelo eventual pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes de desvio de função, ainda que ocorrido no órgão para o qual foi cedido. Nesse caso, deve ser reconhecida a ilegitimidade passiva do ESTADO DE GOIÁS para figurar no polo passivo da presente ação, impondo-se a extinção do feito sem resolução de mérito. APELAÇÃO CÍVEL e REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDAS E PROVIDAS.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No recurso especial, a parte recorrente aponta divergência jurisprudencial relativo ao desvio de função na cessão dos recorrentes ao município de Rio Verde - GO, onde lhe foram atribuídas funções diferentes às relativas a seus cargos, qual seja, a de oficial de justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Nas razões do agravo interno, o agravante sustenta que (fl. 708 e-STJ)

Note, que todas as jurisprudências divergentes apresentadas pelos agravados, foram incluídas no RECURSO ESPECIAL, com inteiro teor de suas decisões, bem como sua fonte.

Ademais, o recurso foi claro ao apresentar os pontos controvertidos entre os julgados e o acórdão proferido pelo TJ/GO, quais sejam:

Os recorrentes foram cedidos pelo município de Rio Verde/GO ao Estado de Goiás, onde lhe foram atribuídas funções diferentes às relativas a seus cargos, qual seja a de oficial de justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desta forma em flagrante atestado desvio de função, sendo assim, deve ser declarada a legitimidade do Estado de Goiás.

Ao teor do exposto, essa é tese a ser analisada, no mérito do Recurso Especial, pelo Superior Tribunal de Justiça, restando devidamente agravada pelo recorrente, em todas as nuances necessárias, conforme restou demonstrado.

Requer, por fim, que o recurso especial seja provido ou submetido para julgamento por órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Verifica-se que os fundamentos, em juízo negativo de admissibilidade, foram impugnados, devendo este agravo interno ser conhecido, passando-se, portanto, à análise do recurso especial.

A pretensão não merece acolhida.

A insurgência não prospera.

Na interposição do recurso especial com base na alínea *c* do permissivo constitucional é imperiosa a indicação clara do dispositivo da legislação infraconstitucional federal sobre o qual recai a divergência, sob pena de atração da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia (fundamentação deficiente).

Nesse sentido, ganham relevância os seguintes precedentes: REsp 880.870/PR, Rel. Min. Félix Fischer, DJU 23.4.2007; AgRg no Ag 815.186/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJU 2.4.2007; e AgRg no REsp 760.783/MG, de minha relatoria, DJe 15.12.2008. Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Vejam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. HOSPITAL E COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE. VÍNCULO. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SOFRIMENTO FETAL. RECÉM-NASCIDO. SEQUELAS GRAVES E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA Nº

# *Superior Tribunal de Justiça*

284/STF. APLICAÇÃO ANALÓGICA. [...] 3. Se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 970226 / SP AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2016/0220549-1, Relator Ministro Ricardo Villas Boas Cuêva, Terceira Turma, DJe 1/6/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA À COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. SÚMULA 283/STF. REVISÃO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. TEORIA DO FATO CONSUMADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/1973. 2. A falta de combate a fundamento suficiente para manter íntegro o acórdão recorrido justifica a aplicação do disposto na Súmula 283/STF. 3. O acolhimento da pretensão recursal em relação à suposta ofensa à coisa julgada demandaria o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. 4. Considera-se deficiente a fundamentação, quando o recurso especial suscita tese a ser apreciada pelo STJ, mas deixa de indicar o dispositivo legal violado ou que teria recebido interpretação divergente, ensejando a aplicação da Súmula 284/STF. 5. A Corte Especial do STJ consolidou entendimento de que a ausência da indicação do dispositivo legal supostamente violado ou que tenha recebido interpretação divergente torna incabível o conhecimento do Recurso Especial, quer tenha sido interposto pela alínea "a", quer pela "c" do permissivo constitucional (STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 17/3/2014). 6. Recurso especial não conhecido. (REsp 1425831 / MG RECURSO ESPECIAL 2013/0396482-7, Relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 24/5/2017)

Vale destacar que a função precípua do STJ, por meio do recurso especial, é homogeneizar a interpretação dada à norma federal pelo ordenamento jurídico pátrio. Consequentemente, o conhecimento do recurso, seja interposto pela alínea "a", seja pela "c" do permissivo constitucional, exige necessariamente a indicação do dispositivo de lei federal que se entende por violado. Destacam-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO A QUE O ACÓRDÃO TERIA DADO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA Nº 284/STF. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. APLICAÇÃO DE MULTA. 1. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e do art. 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, a

# *Superior Tribunal de Justiça*

evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações. 2. Consoante a jurisprudência atual deste STJ, o recurso especial interposto pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal necessita da indicação do dispositivo federal que teria recebido interpretação divergente. Não sendo cumprido este requisito, não pode ser conhecido o recurso especial, pois não é possível ter a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284 do STF. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa. (AgRg no AREsp 158.478/SP, Quarta Turma, Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 28/8/2012, DJe 5/9/2012)

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. 1. O ora agravante não aponta, nas razões do especial, os dispositivos de lei federal que entende como contrariados. 2. A deficiência de fundamentação decorrente da falta de indicação dos artigos de lei federal supostamente ofendidos justifica a incidência sobre o recurso especial do óbice da Súmula 284/STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. [...] 5. A recorrente não observou as formalidades indispensáveis à interposição do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, porquanto, além de não ter indicado o dispositivo de lei federal violado, não procedeu ao cotejo analítico no intuito de demonstrar que os arestos confrontados partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 177.548/SP, Segunda Turma, Ministro Castro Meira, julgado em 7/8/2012, DJe 21/8/2012)

Ante o exposto, com fulcro no art. 1.021, § 2º, do CPC/2015 c/c o art. 259 do RISTJ, conheço do agravo interno para, em juízo de retratação, conhecer do agravo em recurso especial para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator